

Financeirização do ensino superior privado mercantil: a atuação da Cogna/Kroton educação no estado da Paraíba.

Financialization of private mercantile higher education: the performance of Cogna/Kroton educação in the state of Paraíba.

Rhoberta Santana de Araújo
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
João Pessoa-Brasil

Resumo

O sistema capitalista, erigido sob as bases do capital fictício e especulativo, repercute na atuação do Estado, na agenda política dos governos e reconfigura as instituições de ensino superior privado-mercantis no Brasil. Essas IES funcionam como organizações empresariais complexas, administradas por holdings, oligopolizadas e inseridas na esteira da financeirização. O objetivo deste trabalho é caracterizar e analisar a atuação da Cogna/Kroton educação no estado da Paraíba, na dimensão da oferta educacional na graduação. Os procedimentos da pesquisa pautaram-se em revisão bibliográfica, análises documentais, consulta as bases de dados estatísticos do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais e às páginas eletrônicas da Cogna/Kroton Educação e Universidade Pitágoras Unopar. Os resultados apontam que a Cogna/Kroton Educação, vem atuando para minimizar os efeitos da crise econômica no desempenho financeiro das suas instituições, além disso, têm empreendido esforços para generalização de cursos, na modalidade Ead e na modalidade Híbrida.

Palavras-chave: Financeirização da educação; Cogna Educação; Ensino superior.

Abstract

The capitalist system, erected on the basis of fictitious and speculative capital, has repercussions on the State's actions, on the political agenda of governments, and reconfigures private-mercantile higher education institutions in Brazil. These HEIs function as complex business organizations, managed by holding companies, oligopolized and inserted in the wake of financialization. The objective of this work is to characterize and analyze the performance of Cogna/Kroton Education in the state of Paraíba, in the dimension of the educational offer in undergraduate education. The research procedures were based on bibliographic review, documentary analysis, consultation of statistical databases of the National Institute for Educational Research and the websites of Cogna/Kroton Educação and Pitágoras University Unopar. The results indicate that Cogna/Kroton Educação has been acting to minimize the effects of the economic crisis on the financial performance of its institutions, and that it has been making efforts to generalize its courses in the Ead and Hybrid modality.

Keywords: Financialization of Education; Cogna Educação; Higher Education.

Financeirização do ensino superior privado mercantil: a atuação da Cogna/Kroton educação no estado da Paraíba.

Financeirização e oligopolização do ensino superior no Brasil, as estratégias de acumulação e centralização de capitais

Este trabalho está vinculado ao Projeto intitulado “O ensino privado-mercantil no Brasil: caracterização e análise das estratégias de inserção do capital financeirizado para a oferta educacional.” aprovado no Edital: Chamada CNPq/MCTI/FNDCT N° 18/2021 - Faixa B - Grupos Consolidados SIGLA: Universal 2021. O escopo do projeto universal é analisar a atuação do setor privado de natureza mercantil na oferta da educação em sua etapa obrigatória e superior no Brasil.

Os estudos das políticas educacionais do ensino superior no Brasil constituem-se num campo profícuo de produções, instrumentalizando a construção de uma importante matriz analítica para compreensão das contradições que têm forjado as políticas governamentais direcionadas para esse nível de ensino. Essas contradições devem ser compreendidas no bojo do atual projeto civilizatório, engendrado pela mais recente etapa do capitalismo, na sua fase financeirizada, reorientando a dinâmica de organização e funcionamento das instituições de ensino superior, com destaque para as instituições privado-mercantis.

O capitalismo contemporâneo é marcado por intensa concentração e centralização de capitais monetários, em busca de permanente valorização. A dominância do capital fictício, cujo valor é determinado exclusivamente pela expectativa de ganhos futuros, sem aparente correspondência direta com o capital produtivo, promoveu nas últimas décadas o reordenamento no funcionamento das empresas, no mercado de negociações dos ativos financeiros e uma reconfiguração industrial (Chesnais, 1998). A especulação, envolvendo a compra e a venda de títulos, torna-se, a principal ferramenta de obtenção de lucros dos grandes investidores, arregimentando uma gama de serviços e intermediadores financeiros (bancos, fundos de investimentos, fundos de pensão, corretores).

Ainda que haja um aparente, descolamento, do capital fictício do restante da economia, na prática, ocorrem mediações. A exemplo, da adoção das políticas monetárias contracionistas, ancoradas em altas taxas de juros, controle da inflação, controle do crédito, valor da moeda, com implicações diretas no setor produtivo e no mercado de trabalho. Reformas estruturais, balizadas na liberalização e desregulamentação financeira, via abertura de mercados nacionais para o livre trânsito dos capitais, demonstram o caráter sistêmico dessa etapa da organização capitalista. Essa separação entre capital fictício e capital

produtivo, reside, portanto, apenas no plano da aparência. Brettas (2020) reitera que ainda que a centralidade da acumulação permaneça no setor produtivo, ocorre uma articulação entre capacidade produtiva, exploração da força de trabalho e as possibilidades e expectativas da rentabilidade financeira.

A discussão está inserida teórica e conceitualmente em torno da financeirização da economia, marcada pelo caráter diverso, complexo e polissêmico. Parte da literatura, a compreende como um amplo movimento de deslocamento da massa de capitais monetários do setor produtivo, para o sistema financeiro especulativo. Esse fenômeno, assume um caráter sistêmico e globalizado.

De um lado, há aqueles que buscam enxergar o fenômeno como um novo regime de acumulação. Nesse, ao contrário do ocorrido no regime fordista, emerge um sistema de crescimento liderado pelas finanças, com foco na obtenção de rendas financeiras, muitas vezes apartadas do lado puramente produtivo das empresas, do comércio e da produção industrial. Por outro, há um conjunto de estudos apoiados no lado microeconômico, com uma análise voltada à financeirização da corporação moderna. Essa é vista como diversa das anteriores por conta de um novo ethos corporativo dominante e baseado na valorização acionária, que deixa de ter um caráter secundário dentro da empresa para se tornar protagonista do processo de crescimento. Isso se dá, em grande parte, pelo maior domínio e pressão dos acionistas sobre o direcionamento do processo produtivo. (Bressan, 2018, p.20).

A financeirização repercute na organização da sociedade como um todo, decorrente das influências do mercado financeiro no acesso aos bens e serviços essenciais para reprodução social. As famílias passam por processos de endividamento, para financiamento de serviços como saúde, educação e previdência, considerando o enfraquecimento da atuação do Estado na garantia dessa oferta, a estagnação econômica e retração de empregos e salários. (Bressan, 2018). Evidencia-se, portanto, a financeirização das políticas sociais, com uma série de produtos e serviços capturados pela lógica das finanças.

Harvey (2008) em o Enigma do Capital ressalta o papel reservado ao Estado, enquanto protetor do sistema financeiro, a qualquer custo. Essa configuração pragmática ganha corpo na década de 1980, no contexto de ressignificação dos princípios liberais, uma resposta à crise capitalista iniciada na década anterior. Em linhas gerais, as políticas estatais de salvaguarda do sistema financeiro, utilizam de uma narrativa apocalíptica, pautada no discurso de saída única para recuperação econômica dos países, qual seja: redução das despesas do Estado em políticas de corte social, privatizações, desregulamentação da economia e da produção, flexibilização das leis de proteção do trabalho.

Financeirização do ensino superior privado mercantil: a atuação da Cogna/Kroton educação no estado da Paraíba.

O fenômeno de reconfiguração do modo de produção capitalista, sob as bases do capital fictício e portador de juros têm efeitos no modo de organização das instituições de ensino superior privado-mercantis. Essas instituições, que a despeito do objeto de atuação ser o campo educacional, funcionam como organizações empresariais complexas, e que a partir de meados dos anos 2000, iniciaram o movimento de expansão dos lucros, a partir da fusão/aquisição de instituições de pequeno e médio porte, corroborando para um processo de formação de grandes oligopólios. Correspondem a grandes grupos empresariais organizados em redes, constituída por capitais nacionais e estrangeiros, cujo escopo é a busca permanente pelo lucro.

O fato de as maiores oportunidades de rentabilidade estarem nas aplicações financeiras leva a adoção de um conjunto de práticas voltadas para a maximização do valor acionário das empresas. Estas práticas se sustentam em uma busca pela redução de custos da produção com vistas a, em detrimento das inversões produtivas, redirecionar os recursos para remuneração dos investidores e para aplicações financeiras mais rentáveis. Em outras palavras, as grandes empresas e conglomerados, que têm no capital financeiro sua forma mais avançada, assumirão feições cada vez mais financeirizadas (Brettas, 2020, p.83).

Os estudos de Chaves (2010) sobre o processo de mercantilização do ensino superior no país, a partir do movimento de oligopolização e financeirização dos capitais das instituições privado-mercantis destacam que as primeiras empresas educacionais a ingressarem no mercado de capitais no Brasil foram: a) Anhanguera Educacional S. A; b) Estácio Participações; c) Kroton Educacional da rede Pitágoras; d) Empresa SEBS S.A. Em 2014, a Anhanguera Educacional S.A e Kroton Educacional concluíram o processo de fusão, criando um gigante empresarial no setor, responsável no período pela matrícula de aproximadamente um milhão de alunos.

Além das investigações de Chaves (2010, 2015, 2016), Mancebo, Vale e Martins (2015), Vale (2017), Sguissardi (2008), Santos Filho (2016) apontam que o processo de financeirização das IES privado-mercantis conformam uma subversão da lógica que deveria orientar as atividades desenvolvidas por tais instituições. A lógica economicista, expansiva de lucratividade, operada pelos critérios do mercado financeiro, demarca uma concepção pragmática de educação, instrumental à acumulação do capital e encarada como qualquer outro serviço disponível no mercado, e submetida, portanto, às mesmas regras de comercialização. A valorização acionária, alinhadas à dinâmica da financeirização, configura a força motriz da organização e funcionamento, dessas organizações. Observa-se, evidente

antagonismo aos princípios historicamente defendidos por movimentos e entidades educacionais, que concebem a educação como um bem público e gratuito, pautada em valores humanísticos e socialmente referenciada, cujas diretrizes curriculares e formativas devem almejar a formação de sujeitos autônomos, críticos e comprometidos com a transformação da sociedade.

Para dar cabo ao processo de expansão do setor privado mercantil no ensino superior, um conjunto de medidas foram incorporadas pelo Estado. A desregulamentação da legislação, facilitando a diferenciação institucional e diversificação nas modalidades de oferta, a criação e a ampliação de programas voltados a transferências diretas e indiretas do fundo público para as IES, a concessão de garantias de imunidades tributárias e fiscais. Dessa forma, as IES privadas com fins lucrativos, balizadas no respaldo legal e no financiamento estatal direto e indireto, criaram sociedades propriamente mercantis, a exemplo das sociedades anônimas. Estabeleceu-se as condições necessárias para a formação de um robusto mercado educacional, caracterizado pela concentração e centralização de capitais e a formação de oligopólios. Nesta esteira, ocorrem lutas permanentes dos aparelhos privados de hegemonia para produção discursos e consensos em torno dos interesses econômicos e privatistas do empresariado da educação (Seki, 2020).

COGNA/KROTON Educação no Brasil: a EaD como estratégia de expansão do capital na educação

A Cogna educação está entre os 50 maiores grupos do mercado educacional do mundo. É constituída por empresas, com atuação diversificada e pulverizada. São elas, Kroton, Platos, Saber e Vasta. Os serviços incluem oferta de vagas na educação básica, ensino preparatório, ensino supletivo, ensino superior, pós-graduação, cursos de línguas, livros didáticos, prospecção de estudantes, assessoria e consultoria à IES privadas, soluções acadêmicas, conteúdos digitais, plataformas de ensino.

No site da organização, na aba “relação com os investidores”, é apresentado o perfil corporativo da empresa, indicando os serviços e soluções oferecidos.

Financeirização do ensino superior privado mercantil: a atuação da Cogna/Kroton educação no estado da Paraíba.

Quadro 1- Perfil Corporativo da Cogna Educação – 2023

COGNA/Empresas	Atuação
Kroton	Ensino superior: graduação e pós-graduação – presencial, EaD, Semipresencial
Vasta	Ensino Básico, Soluções e serviços, conteúdos e edtech, línguas, treinamento de professores, Plataformas de ensino
Saber	PNLD, Editoras, sistemas de ensino, serviços de gestão de escolas do ensino básico, outros negócios
Platos	Serviços de gestão para o ensino superior

Fonte: Elaboração própria, adaptado a partir da consulta na homepage do grupo empresarial COGNA Educação. Disponível em: <https://ri.cogna.com.br/a-kroton/informe-de-rendimento/>. Acesso em 30 de junho 2023.

Neste texto, centraremos a caracterização e a análise na Kroton, que reúne as marcas: LFG, Pitágoras, Pitágoras colégios, Unic, Uniderp, Unime, Unopar, Anhanguera, Fama. Originou-se do cursinho Pré-Vestibular Pitágoras, em 1966 em Belo Horizonte, Minas Gerais. A atuação da empresa até 2010 concentrou-se na educação básica. Desde então, iniciou o processo de aquisições de outras instituições de ensino superior, a exemplo do Grupo IUNI educacional (2010) e a Universidade Norte do Paraná (2011). Em 2014, a operação de fusão com a Anhanguera foi concluída, posicionando a companhia na liderança do setor privado, nas matrículas da graduação, nas modalidades presencial e a distância (Kroton, 2023).

Nos relatórios de prestação de contas aos investidores da empresa, referente ao primeiro trimestre de 2023, observa-se a predominância de matrículas classificadas como de “baixa presencialidade”, com 712.564 mil alunos, enquanto as matrículas enquadradas na “alta presencialidade” somam 415.807 mil alunos. Adicionados 72.313 matrículas na pós-graduação, o grupo responde por 1,2 milhão de alunos matriculados no ensino superior, distribuídos em 910 polos de EaD e 118 campi em todas as regiões do país. (Kroton, 2023)

A empresa, nos documentos institucionais, classifica as modalidades de ensino ofertadas como: a) Alta presencialidade (presencial e EaD premium) e b) Baixa presencialidade (cursos semipresenciais e 100% online). No documento analisado, observa-se que o maior crescimento em número de matrículas e receitas ocorrem nos cursos de baixa presencialidade. No primeiro trimestre de 2023, o crescimento de matrículas nos cursos EaD premium foi de 10,6% e os nos cursos semipresenciais de 10,7%, contra uma redução de 15,7% nos cursos de matrículas presenciais. A receita líquida da empresa no primeiro trimestre de 2023 foi de 806 milhões de reais, um crescimento de 14,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. A melhoria nos resultados se relaciona a maior participação das receitas dos

cursos digitais, maturação das vagas dos cursos de medicina, redução dos descontos operacionais nas renegociações de matrículas (Cogna, 2023).

No sistema do ensino superior privado brasileiro, a oferta da educação a distância é incorporada como uma atividade econômica vantajosa, considerando as exigências diferenciadas das condições de oferta dos cursos (infraestrutura física, biblioteca, laboratórios, pessoal docente e administrativo). Giolo (2018), nos estudos relacionados à expansão da EaD no Brasil, constata o crescimento exponencial do mercado educacional que vem se consolidando em torno dessa modalidade, cuja estratégia de negócios é alcance massivo dos segmentos populares. A concentração de matrículas na modalidade EaD no setor privado-mercantil, destacadamente em cursos tecnológicos e licenciaturas, comprova o plano corporativo dos grupos empresariais que lideram o setor. Envolvidos por intensas campanhas publicitárias que prometem formação rápida a baixo custo, os trabalhadores do país (ou aqueles que dependem exclusivamente da venda da força de trabalho) recebem uma formação aligeirada e academicamente limitada aos critérios utilitaristas e estreitos de um mercado de trabalho precário, informal e instável:

A expansão da EaD, no país, deve ser compreendida no interior das contradições do sistema de produção do capital que comanda e racionaliza as relações societárias. A formação dos trabalhadores assume tanto o caráter de um insumo econômico necessário à estrutura de reprodução do capital quanto a feição de mercadoria, plenamente gerenciada sob a lógica concorrencial do mercado. No primeiro caso, articula-se ao discurso de um fator necessário ao incremento de produtividade do trabalhador. Esse último, por sua vez, convencido pelo sistema de que deve investir na formação para dispor das condições necessárias à sua inserção no mercado de trabalho, dispõe de recursos financeiros para compra dos serviços educacionais disponibilizados em diferentes formatos e modalidades (Araújo, Jezine, 2021, p.09).

Os dados anuais do Censo da Educação Superior, organizado pelo INEP, demonstram a tendência de crescimento no número de ingressantes e matriculados na modalidade EaD, nos últimos anos. No ano de 2020, o número de ingressantes em cursos Ead ultrapassou a modalidade presencial com 2.008.979 ingressantes em EaD, contra 1.756.496 nos cursos presenciais. No censo de 2021, a tendência se repetiu e a diferença de matrículas se ampliou entre as duas modalidades, com 2.477.374 matrículas em cursos EaD, contra 1.467.523, em cursos presenciais. As matrículas na rede privada, atualmente, são majoritariamente na modalidade EaD, com 3.544.119 matrículas (51%) enquanto 3.363.744 (49%) estudantes estão em cursos presenciais. No cômputo total de matrículas do ensino superior no Brasil, incluindo

Financeirização do ensino superior privado mercantil: a atuação da Cogna/Kroton educação no estado da Paraíba.

todas as esferas administrativas, a EaD, já responde por 41,4% das matrículas, são 3.716.370 estudantes. (INEP, 2022). As imagens, a seguir, demonstram, graficamente, a expansão acentuada dos ingressantes da modalidade nos últimos dez anos no Brasil.

Figura 1- Ingressos cursos de graduação por modalidade – Brasil 2012-2021



Fonte: INEP, 2022. Elaboração José Jorge Dias (UFPB)

Em 2012 foram 542.670 ingressantes na graduação em cursos EaD, enquanto em 2021, ocorreram 2.477.413 ingressos, um crescimento superior a 356%. Os ingressantes nos cursos presenciais seguem tendência oposta, com redução acentuada na série histórica, passando de 2.204.419 (2012) para 1.467.484 ingressantes (2021), uma redução de 33,4%

Figura 2- Matrículas cursos de graduação por modalidade – Brasil 2012-2021

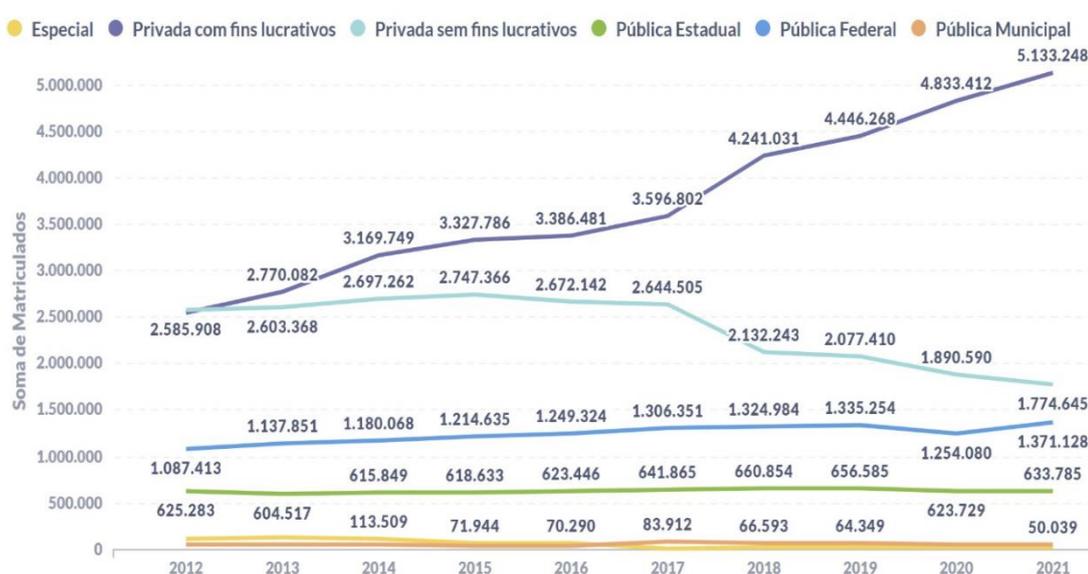


Fonte: INEP, 2022. Elaboração José Jorge Dias (UFPB)

As matrículas seguem tendência semelhante aos ingressantes, confirmando a expansão significativa da modalidade EaD, nos últimos dez anos no Brasil. Em 2012 foram 1.112.054 matrículas, enquanto em 2021, 3.716.449 matrículas um aumento de 234% na série histórica. O período pandêmico registrou (2019-2021) 51%, na ampliação de matrículas na modalidade EaD. As séries de crises desencadeadas nessa fase, foram usadas como laboratório das empresas, a exemplo de fechamento definitivo de cursos presenciais e manutenção exclusiva de cursos EaD ou semipresenciais, investimento em tecnologias, plataformas e sistemas de ensino.

Na imagem 3, a seguir, evidencia-se que a expansão de matrículas ocorreu, predominantemente nas IES privadas com fins lucrativos. No primeiro ano da série, respondiam por 2.585.908 matrículas, em 2021, foram 5.133.248 matriculados, um crescimento de 98,5%, no período. Tendência oposta, observou-se na IES sem fins lucrativos, que tiveram uma redução de 27,3%.

Figura 3- Matrículas cursos de graduação por categoria administrativa – Brasil 2012-2021



Fonte: INEP, 2022. Elaboração José Jorge Dias (UFPB)

Cogna na Paraíba: análises preliminares

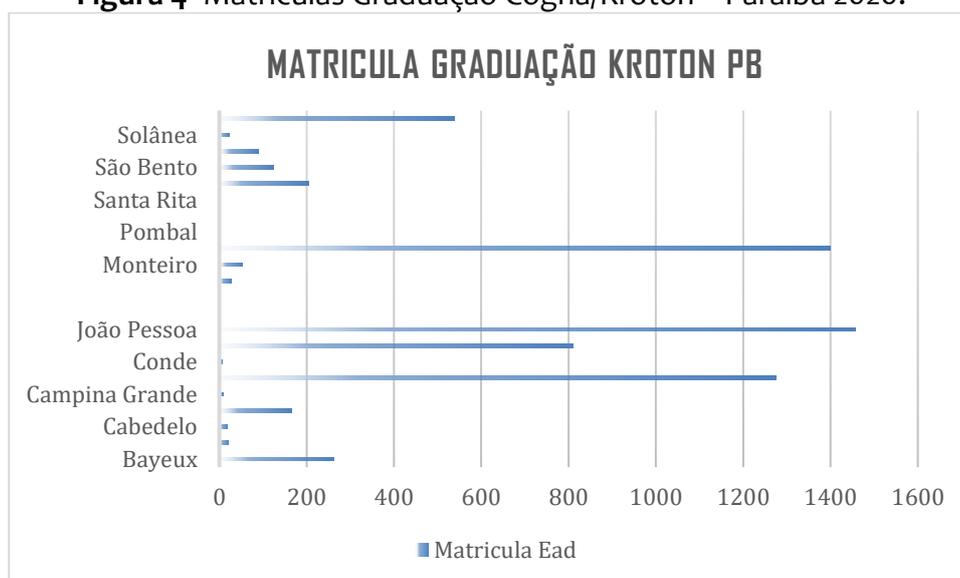
A Cogna/Kroton educação adota como estratégia de negócios as fusões e aquisições, visando o aumento do valor acionário do grupo. Esse fenômeno corrobora a formação de conglomerados educacionais, marcados pela financeirização e oligopolização e coetâneos ao

Financeirização do ensino superior privado mercantil: a atuação da Cogna/Kroton educação no estado da Paraíba.

intenso processo de mercantilização da educação no país. A Unopar, foi incorporada pela Cogna/Kroton, em 2011, numa operação financeira na ordem de 1,3 bilhão de reais, em valores da época. O foco de negócios da instituição é a oferta de vagas em cursos EaD, no período da incorporação era a maior IES em número de matrículas nessa modalidade. Em 2023, a marca passou a operar conjuntamente a Anhanguera, esta última, incorporada à Cogna/Kroton, em 2014. A nova marca é “Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera”. As distintas e pulverizadas operações financeiras da companhia, aglutinando IES e diversificando serviços e negócios no mercado educacional, pavimenta um campo tortuoso para os pesquisadores da temática. Os documentos de análise são relatórios corporativos de prestação de contas da performance do grupo aos seus investidores e indicadores da base dos dados agregados do INEP.

O grupo atua no estado da Paraíba, com cursos predominantemente na modalidade EaD, conforme consulta na base de dados agregados do Censo da Educação Superior/INEP. As IES vinculadas são: Centro Universitário Anhanguera Pitágoras, Universidades Pitágoras Unopar Anhanguera e Universidade Anhanguera. Elas atendem os municípios de Bayeux, Belém, Cabedelo, Cajazeiras, Campina Grande, Conde, Guarabira, João Pessoa, Mamanguape, Monteiro, Patos, Pombal, Queimadas, Santa Rita, São Bento, Sapé, Solânea e Sousa. Todas as 6.480 matrículas informadas no Censo da Educação Superior de 2020, se enquadram na modalidade EaD. O gráfico 1, a seguir, demonstra a matrícula nos municípios onde o grupo atua.

Figura 4- Matrículas Graduação Cogna/Kroton – Paraíba 2020.



Fonte: INEP- Microdados Censo da Educação Superior, 2021.

A IES oferta cursos livres, profissionalizantes, técnicos, preparatórios, EJA Supletivo. A instituição informa, na sua página eletrônica, a oferta de cursos nas modalidades: presencial, EaD e Híbrido. Este último, envolvendo aula presencial, uma vez por semana e provas mensais na unidade. O termo empregabilidade é recorrente nos documentos institucionais, a exemplo do “Catálogo institucional – Das condições de oferta dos cursos de graduação na modalidade a distância”.

Os cursos de graduação da UNOPAR sustentam-se nos conceitos de conhecimento, competência, habilidade, empregabilidade e nos princípios pedagógicos relacionados com ensino por competências e habilidades. O objetivo é a formação do profissional-cidadão competente e capacitado a entrar e manter-se no mercado e desenvolver-se com eficiência, eficácia e efetividade na ocupação que escolheu (Cogna Educação/Unopar, 2022, p.26).

Observa-se a prevalência de programas de formação enxutos, conteúdos vinculados à prática e ao mundo econômico, pautado no desenvolvimento de competências e habilidades para o uso de ferramentas tecnológicas e inserção no mercado de trabalho. A flexibilidade no tempo e espaço de formação é utilizada como estratégia de marketing, para um público que precisa conciliar trabalho e estudos.

A funcionalidade e a utilidade de programas de formação, alinhados ao enfoque das competências, está presente nas reformas curriculares implementadas no Brasil nos últimos anos, a exemplo da Base Nacional Comum Curricular. Nesta perspectiva, o domínio de determinadas habilidades, capacidades e competências é condição essencial para formação de trabalhadores aptos para a venda da mercadoria força de trabalho. As promessas de ganhos econômicos aos trabalhadores que investissem tempo e recursos na sua formação, na esteira da Teoria do Capital Humano, parecem não ter se concretizado. Observa-se, de maneira oposta, o aprofundamento das condições de exploração do trabalho, cujo fulcro é o barateamento dos custos da mão de obra.

No estado da Paraíba, em 2021, a rede federal contava 50.111 matrículas, a rede estadual 14.413 e a rede privada com 53.555 matrículas. Observa-se no estado, portanto, uma tendência diferente de outros estados da federação, onde a rede pública é responsável pelo maior percentual de matrículas, correspondendo a 54%. (Inepdata, 2023).

Considerações finais

A oferta educacional no Brasil é objeto de intenso e avançado processo de mercantilização, associado a financeirização das instituições privado-mercantis. A concentração de capitais, em busca de permanente valorização, reposiciona a educação, ao patamar de ativo financeiro, condicionada pela especulação e lucratividade.

A Cogna educação e as respectivas marcas associadas, atuam de forma diversificada e pulverizada. Os negócios envolvem oferta direta nos distintos níveis e modalidades, sistemas e plataformas de ensino, editoras, cursos de idiomas, assessorias e consultorias às escolas e Instituições de Ensino Superior. O grupo responde, atualmente por mais de 1,2 milhão de matrículas no ensino superior, com a prevalência de cursos, de baixa presencialidade. A expansão de vagas e matrículas na modalidade EaD, se consolidou no país, conforme demonstram os dados do Censo da Educação Superior (2021 e 2022). Neste período, o número de ingressantes em cursos EaD ultrapassou os ingressantes nos cursos presenciais. O *ethos* corporativo é pautado pela valorização acionária, arregimentado pelos princípios e métodos da governança corporativa, dessa forma, as adequações, nos planos pedagógico, administrativo e comercial, visam o alcance de resultados financeiros satisfatórios aos investidores. Cabe o aprofundamento das investigações que analisem as concepções e as práticas formativas dessas IES.

O ensino superior no Brasil é marcado por intensa privatização, oligopolização, diversificação e diferenciação institucional. Na última década, observa-se que as IES privado-mercantis expandiram seus negócios e investiram em sistemas, plataformas e insumos educacionais visando a ampliação de oferta de vagas em cursos EaD e cursos Híbridos. A redução de custos e o barateamento das mensalidades, configura uma estratégia de comercialização, considerando o endividamento dos trabalhadores e a estagnação econômica, cuja expressão mais nítida é o achatamento dos salários e a ampliação de distintas formas de trabalho precário.

O texto desenvolveu uma caracterização preliminar da atuação da Cogna/Kroton, no mercado educacional brasileiro e no estado da Paraíba. As investigações prosseguirão, contemplando, além da dimensão da oferta educacional, a gestão e o currículo.

Referências

- ARAÚJO, R. S; JEZINE, E. A Expansão da Educação a Distância no Brasil e as contradições entre capital e trabalho. **Rev. Inter. Educ. Sup.** Campinas, SP v.7 1-14 e021041 2021. DOI: <https://doi.org/10.20396/riesup.v7i0.8659964>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8659964>. Acesso em: 09 de mar. 2022.
- BRESSAN, L. **Financeirização na educação superior privada brasileira: permanência por endividamento, expansão por benefício público.** 2018. 152 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas: São Paulo:[s.n.], 2018.
- BRETTAS, T. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil.** Rio de Janeiro: Consequência, 2020. 292 p.
- CARVALHO, C. H. A. de. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Revista Brasileira de Educação** v. 18 n. 54, p. 761-801, jul.-set. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782013000300013>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/pQPdZ9QyVRTz6qBym83HNxK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 07 jul. 2023.
- CHAVES, V. L. J. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.31, n.111, p.481-500, abr./jun. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000200010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v31n111/v31n111a10.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- CHAVES, V. L. J.; REIS, L. F.; GUIMARÃES, A. R. Dívida pública e financiamento da educação superior no Brasil. **Acta Scientiarum. Education** [online]. 2018, vol.40, n.1, pp.13-14. Epub Jan 02, 2018. ISSN 2178-5201. DOI: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v40i1.37668>. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2178-52012018000100013&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 07 jul. 2023.
- CHESNAIS, F. **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos.** São Paulo: Xamã, 1998.
- COGNA EDUCAÇÃO. **Release de resultados** (1T 23). Belo Horizonte: Kroton Educacional S.A., 11 maio. 2023. Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/e1110a12-6e58-4cbo-be24-ed1d5f18049a/3e16792b-6be0-345c-86bc-d2b628453182?origin=2> Acesso em: 02 jul. 2023.
- COGNA EDUCAÇÃO. **Apresentação de resultados** (1T 23). Belo Horizonte: Kroton Educacional S.A., 12 maio. 2023. Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/e1110a12-6e58-4cbo-be24-ed1d5f18049a/08aa11e6-62e6-5903-262a-619ec3d2ee84?origi>. Acesso em: 03 de jul.2023.
- COGNA EDUCAÇÃO. **Perfil Corporativo.** 2023. Disponível em: <https://www.kroton.com.br/>. Acesso em 05/07/2023.

Financeirização do ensino superior privado mercantil: a atuação da Cogna/Kroton educação no estado da Paraíba.

COGNA EDUCAÇÃO/UNOPAR. **Catálogo institucional das condições de oferta dos cursos de graduação na modalidade à distância**, 2022.2 Disponível em:

[https://cmspim.cogna.digital/unopar/public/2022-](https://cmspim.cogna.digital/unopar/public/2022-08/Cat%C3%A1logo%20Institucional%20EaD%20Unopar)

[08/Cat%C3%A1logo%20Institucional%20EaD%20Unopar](https://cmspim.cogna.digital/unopar/public/2022-08/Cat%C3%A1logo%20Institucional%20EaD%20Unopar) Acesso em: 03 de jul.2023.

GIOLO, J. Educação a Distância no Brasil: a expansão vertiginosa. **RBPAE**, [S. l.], v. 34, n. 1, p. 73-97, jan./abr. 2018. DOI: 10.21573/vol34n12018.82465. Disponível em:

<https://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/82465/48878>. Acesso em: 21 jan. 2020.

HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo/ tradução de João Alexandre Peschanski**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP).

Censo da Educação Superior 2021 Notas estatísticas. Brasília: Inep, 2022. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2021.pdf. Acesso em: 02 jul. 2023.

MANCEBO, D.; VALE, A. A. do; MARTINS, T. B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil: 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação** (Impresso), v. 20, p. 31-50, jan./mar. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206003>. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206003>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/QKyJmCvwwkGxsJqg7vSCC4xk/?lang=pt>. Acesso em: 07 jul. 2023.

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação & Sociedade**. Campinas: CEDES, v. 29, n. 105, p. 991-1022, dez. 2008. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000400004>. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000400004>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/9QPg LZg9NZdCt7vVwBCCyqj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 07 jul. 2023.

SANTOS FILHO, J. R. dos. **Financiamento da educação superior privado mercantil:**

incentivos públicos e financeirização dos grupos educacionais. 2016. 278f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém: [S. n.], 2016. Disponível em:

<http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/8626>. Acesso em: 10 nov. 2019

<http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/8626>. Acesso em: 10 nov. 2019

SEKI, A. K. **Determinações do capital financeiro no Ensino Superior:** fundo público, regulamentações e formações de oligopólios no Brasil: (1990-2018). 2020. 437f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis: [s.n.], 2020. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/219299>. Acesso em 02/07/2023.

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/219299>. Acesso em 02/07/2023.

VALE, A. A. do. “Nem parece banco”: as faces da financeirização da educação superior no Brasil. IN: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 5; ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL; 12, 2017, Vitória. **Anais [...]** Vitória/ES: 2017. ISSN 2175-098X.

Anais [...] Vitória/ES: 2017. ISSN 2175-098X.

Sobre os autora

Rhoberta Santana de Araújo

Professora Adjunta, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e ao Programa de Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba. Pesquisadora da Rede *Universitas-BR*.

Email: rhoberta.araujo@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8881-0766>

Recebido em: 03/09/2023

Aceito para publicação em: 15/09/2023